

PURITANISMO E A CONSTRUÇÃO POLÍTICO-SOCIAL DA REALIDADE¹

Breno Martins Campos²

Para o senso comum o termo puritanismo aparece na maioria das vezes relacionado a questões sexuais; mesmo em certas falas comprometidas com o rigor acadêmico, puritanismo vem logo associado a questões de sexo. No diálogo cotidiano entre as pessoas, a expressão "fulano é um puritano" talvez se refira unicamente a características de comedimento, moderação ou conservadorismo nas opções e práticas sexuais daquele sujeito. Trata-se de tomar a parte pelo todo.

Para escapar do perigo do reducionismo, são necessárias algumas perguntas a presidir a investigação e exploração do conceito. Concepções que possam se chamar prototípicas de puritanismo sempre permearam o espírito humano, mesmo que sob outros nomes ou rótulos, mesmo fora de contextos religiosos. O que não impede a consideração de que houve uma radicalização cristã e depois protestante das idéias de luta contra o mal, o pecado e a carne, de ascetismo a favor de uma vida superior, de mortificação do corpo e da carne para elevação do espírito, de desprezo da história em favor da eternidade, do exercício do autocontrole e da frugalidade contra o gozo dos prazeres. Em resumo: rejeição do mundo.

A ética puritana recebeu suas definições e estabeleceu seu padrão de existência digno do nome puritano, posto que racional, dentro da experiência histórica protestante. Nesta acepção, o puritanismo é protestante, ele nasce dentro da modernidade, o contexto é a Inglaterra no século XVI.

Martin Lloyd-Jones (1993, p. 247), ele mesmo um puritano no e do século XX, por via diferente faz as mesmas perguntas que buscam as origens:

Tem se levantado o problema quanto à definição do termo *puritano*, e muita coisa tem sido escrita sobre isto em livros e noutras publicações. Quando apareceu o termo *puritano*? Quando foi usado pela primeira vez? Os historiadores se interessaram, e talvez mais pela história, ou talvez pela historiografia, do que pelo espírito e pelo ensino. É justamente aí que eles se tornam um perigo. Eles têm a precisão acadêmica, senão pedante, que lhes é peculiar, e é aí que a confusão começa. Também havia diferenças entre os próprios puritanos, e houve aqueles que mudavam de posição com o passar do tempo.

Lloyd-Jones fala como homem de fé, para quem não é suficiente buscar na historiografia as respostas para as perguntas estabelecidas acima. Se suficiente fosse, bastaria

¹ Este texto, agora com pequenas modificações para a *Revista Pandora Brasil*, foi primeiramente publicado, em 2007, nos anais do III Congresso Internacional de Ética e Cidadania - Religião e Cultura (Universidade Presbiteriana Mackenzie/São Paulo).

² Doutor em Ciências Sociais (PUC-SP) e professor-pesquisador na PUC-Campinas.

na opinião dele dar razão ao professor Basil Hall (de Cambridge): o termo puritano não foi empregado antes de 1567, devendo aquele ano ser considerado como o início do movimento puritano.

Pela interpretação de Lloyd-Jones, as razões do professor Hall a justificar o estabelecimento daquela data são as seguintes: (1) os puritanos verdadeiros foram os cristãos que não deixaram a Igreja da Inglaterra especialmente a partir da década de 1550, o que exclui os presbiterianos e outros grupos; (2) há um conceito anglicano de puritanismo que pregava, desde a década de 1570, principalmente aos jovens, que as dificuldades impostas pela vida, os chamados casos de consciência, deveriam ser resolvidos segundo doutrina e cuidado pastoral (uma das ênfases puritanas); (3) os verdadeiros puritanos, os que ficaram na Igreja oficial, foram abandonados pelos cismáticos por questões outras, mais sociais, políticas e administrativas, que não as doutrinárias. Havia já o espírito da boa doutrina e a prática da boa ética protestante dentro da Igreja Anglicana, que passaram a se chamar puritanismo depois da primeira vez em que termo apareceu em 1567.

Tais argumentos não são suficientes. A preocupação de Lloyd-Jones em diálogo com a historiografia, perigosa historiografia se tomada isoladamente, é interessante por buscar não a ciência do movimento, mas a decifração de seu espírito e mentalidade. Como puritanismo é uma atitude, é um espírito protestante, ele pode e deve ser encontrado na vida de religiosos que conduziam seu interesse a duas direções: liberdade e compromisso com a Bíblia, ainda dentro da Igreja da Inglaterra, o que parece ser paradoxal, não importa, pois não será o único paradoxo dentro da história, crença e *modus vivendi* puritano.

Enfatizar o espírito e não a data afasta o berço do movimento para um período em que o cisma anglicano não se efetivara. A pergunta: por quanto tempo tal espírito puritano poderia permanecer dentro da igreja oficial? Ainda que nascido dentro dela, contra o argumento do professor de Cambridge, o que se lê em Lloyd-Jones a respeito do puritanismo é que ele, pelo seu espírito ou essência, não poderia permanecer na Igreja Anglicana ou desenvolver-se em seu seio.

A Europa do século XVI não viveu um único e centralizado movimento de reforma religiosa dentro de reformas modernas mais amplas e abrangentes. Havia um clima religioso reformista num ambiente de efervescência reformadora naquele continente. Os movimentos reformadores calvinista e anglicano influenciaram de forma bastante direta, histórica e teologicamente, o presbiterianismo que deixou a Europa, migrou para a América do Norte e por meio de empresas missionárias chegou ao Brasil. O protestantismo estadunidense e americano é fruto daqueles movimentos europeus de reforma na Igreja. O presbiterianismo

que chegou ao Brasil por meio de missões evangelísticas era de um tipo fortemente influenciado pelo puritanismo inglês.

O traço predominante da Reforma na Inglaterra é o sistema reformado ou calvinista, sob o signo particular do *Puritanismo*. O calvinismo implantou-se nas partes da Europa onde havia maior desenvolvimento intelectual e humanístico. O princípio básico era de que *a vontade de Deus, revelada na Bíblia, devia ser realizada*. Assim, o luteranismo ressaltou o quietismo e que a função da Igreja seria a de oferecer o Evangelho e ministrar os sacramentos. Já o calvinismo valorizava a ação e a execução da vontade de Deus nos indivíduos e na sociedade.

A reforma da Igreja na Inglaterra, todavia, foi conservadora, porque manteve o velho sistema de governo da Igreja e muitas das antigas formas de culto. Por isso, o partido dos puritanos desejava reformas mais radicais, tais como: simplificação do culto, abolição do episcopado, adoção do sistema presbiteriano de governo, congregacionalismo e disciplina rigorosa. Contudo, muitos deles perderam a esperança de ver a Reforma da Igreja da Inglaterra e emigraram para a América, à procura de liberdade religiosa (MENDONÇA, 1997, p. 59).

O que houve na Inglaterra no campo da religião sob Henrique VIII, cujo reinado estendeu-se 1509 a 1547, foi na verdade um rompimento da Igreja da Inglaterra com a Igreja de Roma mais por questões políticas, econômicas e de interesse pessoal. A reforma religiosa ficou incompleta ou por ser feita, isto é, houve uma reforma sem reforma.

As confusões amorosas do rei não devem ser levantadas como única causa da separação da Igreja da Inglaterra, devem ser tomadas como um ícone que aponta outras direções para o olhar interessado naquela história de reforma. O Ato de Supremacia de 1534 tornou o rei cabeça da Igreja da Inglaterra e com a anulação do casamento de Henrique VIII e Catarina de Aragão, sobrinha de Carlos V, o rei e o Parlamento separaram a Igreja Anglicana da Romana em 1536. De seus seis casamentos, e depois de muitas tentativas de ter um filho homem, Henrique VIII deixou como herdeiros para o trono da Inglaterra Eduardo VI, filho de Jane Seymour, e Isabel ou Elizabeth I, filha de Ana Bolena.

As ambiguidades pessoais do rei ficaram evidenciadas na história:

A princípio, Henrique VIII buscou favorecer a Reforma, mas depois, de 1539 a 1547, moveu uma perseguição aos protestantes. Em 1539, foram aprovados pelo Parlamento os Seis Artigos, que tornavam obrigatória a crença em doutrinas características da Igreja Católica Romana: a transubstanciação, a comunhão sob uma espécie, o celibato e a confissão auricular. Na teologia, a Igreja continuou fiel a Roma. O rei morreu doutrinariamente católico romano. A Reforma, então, teve início na Inglaterra pela autoridade do rei e do Parlamento (FERREIRA, p. 28, jan.-jun. 1999).

No reinado de Eduardo VI iniciado em 1547, os nobres começaram a tornar protestante a Igreja da Inglaterra pela reforma do culto segundo as idéias gerais da Reforma para a qual foram publicadas as duas primeiras versões do *Livro de Oração Comum* de Thomas Cranmer, a liturgia em inglês para o serviço de culto. Junto com a abolição do latim como linguagem religiosa oficial vieram outras mudanças, especialmente a abolição dos Seis

Artigos. Regente do trono e simpatizante do protestantismo, o Duque de Somerset foi o grande responsável por fazer avançar a reforma da Inglaterra.

O que inverteu a direção do processo religioso na Inglaterra foi a ascensão da católica romana Maria Tudor ao trono em 1553. Maria era rainha da Escócia e da Espanha (país de forte tradição romana). A restauração do catolicismo na Inglaterra foi uma de suas bandeiras, transformada em prática política pela perseguição aos protestantes. Centenas de fiéis protestantes foram mortos e quase um milhar deles foi para o continente, onde houve o contato com outros reformadores e absorção de seus preceitos doutrinários e éticos.

Isabel I reinou de 1558 a 1603 e fez a Inglaterra superar o período de oposição e perseguição violenta ao protestantismo chefiado por Maria Tudor. O movimento da rainha Maria foi capaz de conter o avanço do protestantismo e a solidificação de seu espírito nos países que estavam sob seu reinado. Com Isabel I a Inglaterra adotou as doutrinas de inspiração calvinista e a liturgia reformada e tornou-se o bastião do protestantismo no mundo. Fato que não diminuía os muitos conflitos e divisões teológicas internos à Igreja da Inglaterra. Por exemplo, a controvérsia de 1567 e 1568 a respeito das vestimentas para os pregadores: se tinham ou não de usar as vestes clericais, ainda associadas ao catolicismo romano. Questão menor que se apresenta como símbolo do problema de fundo a respeito da influência ou determinação do modelo romano de ritual, liturgia, tradição e culto na Igreja da Inglaterra. Os puritanos não se encontravam satisfeitos com a reforma pela metade da Igreja na Inglaterra.

As disputas dentro do calvinismo ocorridas no continente atingiam a Inglaterra e toda a Grã-Bretanha. A própria reforma religiosa proporcionada por Isabel I "foi cautelosa porque a rainha não desejava que o abalo fosse grande ao ponto de desagradar muita gente. Embora a teologia fosse reformada, o sistema de governo hierarquizado tradicional e as antigas formas de culto foram mantidas" (MENDONÇA, 1984, p. 35). Dois episódios importantes demonstram o estilo isabelino de governo: primeiro, ela "detestara ter de financiar a rebelião dos presbiterianos que apoiaram Knox. Este proclamou que o Evangelho de Cristo uniria a Inglaterra e a Escócia" (HILL, 1991, p. 31);³ segundo, ela também detestara ter de concordar com a execução de Maria.

Qual o sentimento dos protestantes ingleses diante da cautela de sua rainha Isabel I?

³ John Knox é considerado por muitos puritanos hodiernos o sumo sacerdote e pai do puritanismo, pelas seguintes razões: (1) ele foi um homem de independência e originalidade; (2) evidenciava as Escrituras como Palavra de Deus, contra a concorrência da tradição ou de uma reforma que ficasse apenas na doutrina sem atingir a prática. Um puritano nunca é um homem da instituição, Knox foi o primeiro a propor e a viver uma reforma de raiz e ramos, nunca rezou de acordo com as cartilhas oficiais, nem quando representadas pelo *Livro de Oração Comum* de 1549 (LLOYD-JONES, 1993).

Muitos protestantes esperavam que, assim como a ruptura de Henrique VIII com Roma fora seguida por mudanças mais radicais no reinado de Eduardo VI, a ascensão de Isabel ao trono levaria a uma retomada da política de seguidas reformas. Ficaram decepcionados e sobreveio um impasse (HILL, 1991, p. 18).

A política pouco radical do governo em relação à religião gerava grupos de oposição, aqueles que defendiam reformas mais profundas para a Igreja da Inglaterra: "pessoas que haviam fugido para o Continente, principalmente para Genebra, durante as perseguições desfechadas pela Rainha Maria, ali entraram em contato direto com movimentos protestantes que tinham ido muito mais longe em suas reformas do que a Igreja da Inglaterra" (MENDONÇA, 1984, p. 35), principalmente os membros do partido dos puritanos.

O impasse citado anteriormente quando da ascensão de Isabel I ao trono, da expectativa à frustração, era o de que "enquanto se encontrasse em jogo a independência nacional da Inglaterra, o governo necessitaria do apoio dos puritanos contra os inimigos papistas, no país e no exterior" (Hill, 1991, p. 18-19). Os puritanos não tinham o menor interesse em derrubar Isabel I do trono para colocar nele Maria, ela mesma uma papista, apesar da inegável frustração com a política religiosa da rainha da Inglaterra. Foi quando entrou em cena Oliver Cromwell.

[Na época do nascimento de Cromwell], (...) o reinado de Isabel chegava ao fim. As grandes realizações desse reinado situavam-se no passado. O protestantismo fora restabelecido; evitaram-se as guerras de religião; a nobreza fora desarmada; já não havia mais qualquer perigo de revolta feudal. A independência nacional da Inglaterra fora assegurada pela vitória sobre a Armada Espanhola e pelo estabelecimento de relações amistosas com a Escócia (HILL, 1991, p. 21).

Isabel não deixou herdeiros e foi sucedida no trono pelos Stuart por sua própria indicação: Jaime ou Tiago I, seu primo escocês, e depois Carlos I.

A derrota da Armada Espanhola em 1588, o fracasso da rebelião de Essex em 1601, a Conspiração da Pólvora em 1605, os levantes camponeses nos Midlands em 1607 e a tranqüila ascensão de Jaime I ao trono após a morte de Isabel foram acontecimentos que evidenciaram a estabilidade da Inglaterra protestante (HILL, 1991, p. 14-15).

A sucessão foi tranqüila. A Inglaterra àquela altura era uma potência de segunda linha na Europa e estava com os cofres vazios, apesar de todo o nacionalismo e identidade criados em torno de seu protestantismo.

Governar exigia consenso. O rei não podia aumentar os impostos sem a aprovação do Parlamento (Lordes e Comuns). Os Stuart, primeiro Jaime⁴ e depois Carlos, este de forma mais explícita e vigorosa, resolveram governar a seu modo: entraram em conflito com o Parlamento (por questões políticas e econômicas: cobrança de impostos), gastaram mais do

⁴ "Por mais que se fale bem de Jaime, suas extravagâncias financeiras não podem ser contestadas" (HILL, 1991, p. 25).

que arrecadaram, aproximaram novamente a Inglaterra da Espanha católica, perseguiram os protestantes radicais (os puritanos) dentro e fora do Parlamento e tornaram a Igreja da Inglaterra novamente muito semelhante à Católica. Muitos puritanos emigraram para a América para a construção de uma sociedade como desejavam. Muitos parlamentares puritanos que ficaram na Inglaterra desistiram de lutar e voltaram para o que consideravam seu verdadeiro chamado: salvar almas.

Os Stuart não conseguiam governar por consenso e reclamavam para si a soberania do poder supremo:

(...) Carlos I, para governar sem Parlamento, manda examinar velhas leis e costumes, querendo utilizar tudo o que é recurso legal que o dispense dos impostos parlamentares; os expedientes a que chega acabam com toda e qualquer política econômica (dissuadem os investidores), e mesmo financeiramente são de pouco alcance, além de irritar profundamente os súditos. Ainda assim o rei governa sem Parlamento de 1629 a 1640. Mas a que preço? A Europa está devastada pela última guerra de religião, a dos Trinta Anos (1618-48), e que teve no próprio cunhado de Carlos, rei da Boêmia, o pivô, o campeão protestante. Os nacionalistas ingleses, protestantes, desejosos de uma política externa agressiva, imperial, antiespanhola, querem que seu rei intervenha na guerra. A "paz do rei" requer, portanto, a submissão às potências católicas, e desmorona quando o reino da Escócia se revolta contra a tentativa de impor à sua igreja oficial, presbiteriana, formas de governo episcopal (Renato Janine Ribeiro. *In*: HILL, 1991, p. 13).

Se houve política exterior no reinado de Carlos I, foi pró-espanhola e a favor do catolicismo romano. Essa política associada ao apoio que o rei oferecia aos católicos irlandeses e a questão na Escócia fizeram com que as crises, já existentes, se agravassem e se tornassem insuportáveis: os conflitos na Escócia foram a gota d'água. Diante da fragilidade de seu despotismo pessoal, Carlos I sentiu a obrigação de convocar um Parlamento. Em 1640 o Parlamento convocado pelo rei passou a exigir dele reformas e o término e correção das injustiças. Durou apenas três semanas, sendo dissolvido por nova determinação do rei, daí receber o nome de Curto Parlamento. Antes mesmo de o ano de 1640 acabar, o rei precisou convocar outro Parlamento para tornar viável o seu governo. De 1640 a 1660, ano de sua dissolvência legal, foi o tempo de duração do Longo Parlamento, o mais duradouro na história inglesa.

A inépcia do rei em governar e negociar com o Parlamento continuava a se revelar em vários episódios e todas as crises levavam a Inglaterra a uma guerra civil: "o Parlamento continua em Westminster e comanda a guerra contra o rei (em nome do Rei, porém, e da Coroa; em nome das antigas instituições que, com razão, o Parlamento acredita violadas por Carlos, mas que agora também ele viola)" (HILL, 1991, p. 15). Oliver Cromwell foi colocado à frente do exército inglês, que passou a ser conhecido depois das remodelações adotadas por Exército de Novo Tipo, cuja novidade foi a exclusão de lordes e parlamentares do comando.

Eleito de Deus e líder da primeira revolução burguesa da história moderna, tornando-se depois o primeiro ditador totalitário moderno, Oliver Cromwell em seus intentos e ideais revolucionários precisava do apoio político, econômico, militar e religioso dos puritanos, que cada vez mais tomavam o poder no Parlamento. O interesse de Cromwell não era outro senão a proclamação da república inglesa. A revolução que depôs Carlos I e instaurou o tal período republicano seguido da ditadura de Cromwell foi essencialmente puritana.

A Igreja da Inglaterra começava sua reforma para valer. "O puritanismo, não a secessão Tudor de Roma, foi a verdadeira Reforma Inglesa, e é de seu embate contra a velha ordem que emerge a Inglaterra inequivocamente moderna" (TAWNEY, 1971, p. 189). Como o governo dos Stuart atendia aos interesses da aristocracia, da parte católico-romana da nobreza agrária, da Igreja Católica e da Espanha, as camadas da emergente nobreza mercantil urbana reformista e uma parcela da nobreza agrária reformista viram no anticatolicismo protestante, principalmente puritano, um veio para a defesa e implantação de seus interesses.

As tentativas de contrarreforma e de apoio ao catolicismo de Carlos I não deram certo e não foram suficientes para despertar no povo a ira contra os puritanos e o amor ao catolicismo e aos católicos da Espanha (aliada necessária àquela altura), Irlanda e Escócia; ao contrário, a revolução foi possível porque setores organizados da sociedade colocaram-se contra o rei e a favor dos protestantes. "O exército escocês que entrou na Inglaterra em 1640 entoando salmos metrificadas colocou em evidência a política que Isabel adotara com tamanha relutância" (HILL, 1991, p. 31), qual seja a de apoio irrestrito ao protestantismo sem receio das oposições.

A chegada do partido puritano ao poder no Parlamento, durante a Reforma na Inglaterra, trouxe como contribuição fundamental à religião protestante a elaboração da *Confissão de Fé de Westminster*, que veio à existência depois do sínodo de Dordrecht (1618-1619) por solicitação em 1645 da Câmara dos Comuns à Assembléia de Westminster (1643-1649), composta por 121 ministros, 30 leigos e oito comissários escoceses. O pedido era claro: que se formulasse uma confissão para a Igreja da Inglaterra.

A *Confissão de Fé de Westminster* é um compêndio ligeiro de teologia sistemática calvinista, cuja base teológica da argumentação é o que se chama teologia do pacto, pela qual se aceita que os decretos de Deus não são parte de um esquema impessoal e mecânico de eleição e predestinação; antes, sob o evangelho ou nova dispensação, Deus estabeleceu um pacto de graça com a semente de Abraão, o que pode somente ser apropriado pela fé, que também é dom de Deus e por essa razão pessoal.

[Socialmente,] o que era importante na Teologia do Pacto, encampada pelos puritanos, era o individualismo nos seus mais variados aspectos e que fornecia armas para a oposição a todas as formas de soberania de cima para baixo, especialmente os episcopados, tanto romanos como anglicanos. É importante notar que os "presbiterianos escoceses tornaram-se literalmente um povo do pacto" (MENDONÇA, 1984, p. 36).

A Assembléia de Westminster ratificou ainda o modelo presbiteriano de igreja adotado pela Escócia no período da reforma de John Knox, obrigando as igrejas calvinistas ou reformadas da Irlanda e da Inglaterra a se tornarem como aquela.

A Igreja reformada, proposta e organizada por Calvino, passou por esses diversos países [Inglaterra, Suíça, Holanda, França, Escócia e Alemanha] e, mais tarde, se estendeu à América, sendo que na Inglaterra e na Escócia tomou o nome de presbiterianismo em razão de sua forma de governo, cujo princípio básico é a eleição de presbíteros para a administração da Igreja (BENCOSTTA, 1996, p. 45).

Estavam sedimentados pelo Parlamento inglês o modelo presbiteriano para a igreja da Inglaterra e a sua doutrina, fatores muito importantes para a expansão do presbiterianismo no mundo todo, pois o seu modelo de organização democrático-representativa e sua estrutura eram facilmente adaptáveis às várias situações político-sociais dos países que ainda seriam alcançados. "Mas o que mais impressionou no puritanismo foi a sua visão do mundo e a sua maneira de viver nele, seu ascetismo austero e sua piedade bíblica" (MENDONÇA, 1984, p. 38). Além do sistema presbiteriano de governo, que os puritanos implantaram nas igrejas que estavam sob sua influência, eles concordavam também "com a necessidade de 'purificação', de intensificação da vida religiosa e da disciplina" (WACH, 1990, p. 195).

O partido dos puritanos tinha interesses com relação à disciplina da vida dos religiosos, ou seja, interessava-se em zelar pela conduta dos fiéis protestantes, de modo a exigir de todos o padrão de conduta moral vigente em Genebra, adotado e imposto por Calvino. Padrão abraçado pelos puritanos em fuga para a América e implantado por eles em a Nova Inglaterra: a Igreja Anglicana não era verdadeira Igreja na opinião deles.

Meu ponto de vista é que o verdadeiro puritanismo – que não é meramente teórico ou acadêmico – jamais pode contentar-se, tranqüilo, em ser uma simples ala ou ênfase de uma igreja episcopal abrangente, mas sempre terá que terminar no presbiterianismo ou na independência (LLOYD-JONES, 1993, p. 264).

E mais:

O puritanismo é, noutras palavras, uma mentalidade, um espírito. O puritanismo verdadeiro, eu sustento, acha-se última e finalmente no presbiterianismo. Acha-se em John Knox; acha-se em Thomas Cartwright. Acha-se também nos separatistas. Acha-se nas igrejas da Nova Inglaterra (LLOYD-JONES, 1993, p. 267).

Se Lloyd-Jones abandona a definição do professor de Cambridge de que o puritanismo verdadeiro foi o que permaneceu fiel à Igreja Anglicana e dentro dela, faz também a apresentação e defesa do que entende ser o verdadeiro puritanismo. As diferenças doutrinárias

apontadas entre os anglicanos e os que abandonaram a igreja oficial interessam aqui, pois mostram o quadro do protestantismo puritano que deixou a Europa, fixou-se na América do Norte e de lá veio para o Brasil.

"Quais são as marcas de um puritano? Quais as diferenças entre o anglicano e o puritano? Nunca esqueçamos isto: que todos eles eram protestantes, e que até quase o fim do século 16 virtualmente todos eles eram calvinistas" (LLOYD-JONES, 1993, p. 264) e todos queriam uma igreja estatal. Os resquícios romanistas na igreja oficial da Inglaterra eram o pomo da discórdia insuportável para os puritanos que visavam à radicalização da reforma pela ênfase pastoral e ética.

Pela interpretação teológica da história, as diferenças propostas por Lloyd-Jones (1993) são as seguintes: (1) quanto à natureza da igreja, o puritano não suportava o conformismo anglicano com a manutenção de traços católicos no culto, cerimônias, vestes, doutrina; o puritanismo pretendia transformar a igreja reformada da Inglaterra em Igreja Reformada nos moldes daquelas do continente; (2) o puritanismo pretendia dar caráter internacional ao movimento de reforma, enquanto que seus pares anglicanos lutavam pelo fortalecimento da perspectiva nacional de sua igreja; (3) a fonte de recurso último para a vida do puritano era a Bíblia, o anglicano incluía ainda a tradição, o costume, a continuidade; (4) o puritano mantinha sempre a Bíblia como recurso último para sua base de fé e prática ao que o anglicano acrescentava a razão; (5) o puritanismo chamava para si a posse da verdade que nasce de sua visão bíblica firme, a única válida, ao passo que o anglicano assumia a sua ênfase como uma dentre outras evidenciadas em outras alas da igreja abrangente; (6) quanto ao culto e prática religiosa, o puritano enfatizava a espiritualidade e o anglicano, a forma e mecânica do culto.

Os desdobramentos históricos e sociais do puritanismo, diferentes do movimento original, interessam para a composição e análise do campo protestante no Brasil. Não se pode tratar do puritanismo guerreiro da Inglaterra, pois não foi o que chegou ao Brasil para influenciar sua gente e religião protestante, mas de puritanismo de fuga, daqueles pais puritanos que fugiram da Inglaterra para criar distantes de sua localidade natal a Nova Inglaterra nos EUA. De lá veio o puritanismo para o Brasil. Da Nova Inglaterra, um novo puritanismo individualista e individualizante para o Brasil e o mundo.

Por se tratar mais de um conjunto de atitudes do que de uma ideologia específica e estática, o puritanismo desenvolveu-se de forma complexa e variada: "a história do puritanismo, como qualquer épico, não tem começo e nem fim específicos" (CONKIN, 1976, p. 3). Para o protestantismo puritano que chegou ao Brasil, e aqui se fixou, a vida que tem

valor é a vida pós-morte. Em outras palavras: a cidadania de maior grandeza é a espiritual ou celestial. Há um deslocamento de importância da realidade político-social para o além. O que explica, num primeiro momento da história, a não participação dos protestantes no campo da política partidária no Brasil e, num segundo momento, a entrada radical (em grande número) dos evangélicos pentecostais no cenário político brasileiro, ocupando cargos eletivos, sob o argumento de que a política deve ser instrumento para a tarefa de salvar as almas perdidas. O que é assunto para outro texto.

Referências

BENCOSTTA, M. L. A. *Ide por todo mundo: a província de São Paulo como campo de missão presbiteriana (1869-1892)*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996.

CONKIN, P. K. *Puritans and pragmatists: eight eminent American thinkers*. Bloomington; London: Indiana University Press, 1976.

FERREIRA, F. O movimento puritano e João Calvino. In: *Fides Reformata*, v. IV, n. 1, p. 27-40, jan.-jun. 1999.

HILL, C. *O mundo de ponta-cabeça: idéias radicais durante a revolução inglesa de 1640*. 2 reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

LLOYD-JONES, D. M. *Os puritanos: suas origens e seus sucessores*. São Paulo: PES, 1993.

MENDONÇA, A. G. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1984.

MENDONÇA, A. G. *Protestantes, pentecostais & ecumênicos: o campo religioso e seus personagens*. São Bernardo do Campo: UMESP, 1997.

TAWNEY, R. H. *A religião e o surgimento do capitalismo*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

WACH, J. *Sociologia da religião*. São Paulo: Paulinas, 1990.